

## Transparéncia orçamentária e sua relação com indicadores fiscais, econômicos e de qualidade de vida

*Budget transparency and its relationship with fiscal, economic and quality of life indicators*

Submetido: 12/12/2023. Aprovado: 26/12/2024

Processo de Avaliação: Double Blind Review- DOI <https://doi.org/10.21710/rch.v37i1.731>

Aurimar Andrade Dias- [dias.aurimar@gmail.com](mailto:dias.aurimar@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0003-0968-1861>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFECTGO)

Marcelo Driemeyer Wilbert - [marcelodw@unb.br](mailto:marcelodw@unb.br) - <https://orcid.org/0000-0002-8671-3583>

Universidade de Brasília, Departamento de Contabilidade e Ciências Atuariais (UNB)

### RESUMO

A transparéncia orçamentária é um aspecto que compõe a qualidade orçamentária, avaliada por diversas instituições e possui um ranking de países divulgado pelo International Budget Partnership (IBP). A transparéncia orçamentária pode colaborar para minimizar o problema da escolha pública coletiva, evidenciado pela Teoria da Escolha Pública, e promover o bem-estar social. Ao mesmo tempo, a transparéncia orçamentária é uma escolha institucional, manifestando regras formais e informais da sociedade, como observado pela Teoria Institucional. O objetivo deste estudo é analisar se existe relação entre a transparéncia orçamentária e os indicadores de situação fiscal,

econômica e de qualidade de vida. Coletaram-se dados de 99 países sobre a transparéncia orçamentária, resultado primário, dívida bruta, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, inflação e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abrangendo o período de 2012 a 2019, que foram analisados por meio de coeficiente de correlação e análise de regressão. Os resultados encontrados corroboram para a existência de relação entre a transparéncia orçamentária e os indicadores utilizados para situação fiscal, econômica e qualidade de vida da população. Dos indicadores utilizados verificou-se que o IDH foi o que apresentou relação mais evidente com a transparéncia orçamentária.



**Palavras-chave:** transparéncia orçamentária, resultado primário, dívida bruta, PIB, inflação, IDH.

## ***ABSTRACT***

Budget transparency is an aspect that makes up budget quality, evaluated by several institutions and has a ranking of countries published by the International Budget Partnership (IBP). Budgetary transparency can help to minimize the problem of collective public choice, highlighted by the Public Choice Theory, and promote social well-being. At the same time, budget transparency is an institutional choice, manifesting formal and informal rules of society, as observed by Institutional Theory. The objective of this study is to analyze whether there is a relationship between budget transparency and indicators of fiscal, economic situation and quality of

life. Data were collected from 99 countries on budget transparency, primary result, gross debt, Gross Domestic Product (GDP) per capita, inflation and Human Development Index (HDI), covering the period from 2012 to 2019, which were analyzed using correlation coefficient and regression analysis. The results found corroborate the existence of a relationship between budget transparency and the indicators used for the population's fiscal, economic situation and quality of life. Of the indicators used, it was found that the HDI was the one with the most evident relationship with budget transparency.

**Keywords:** *budget transparency, primary result, gross debt, GDP, inflation, HDI.*

## **1. INTRODUÇÃO**

A Teoria da Escolha Pública (TEP) destaca o desafio de coordenar preferências coletivas no processo de escolha pública, contrapondo-se à escolha individual (Stiglitz, 2000). A TEP parte do pressuposto que de que um representante eleito decide pelo grupo, mas tende a agir com base em suas próprias informações e interesses (Buchanan & Tullock, 1999).

Já a Teoria Institucional evidencia as regras formais e informais que regem interações políticas, econômicas e sociais (North, 1991). Assim, o processo orçamentário

público re flete relações de poder equilibradas pelas instituições estabelecidas (Couto & Cardoso Jr., 2018).

O Estado tem o papel de agir nas falhas de mercado e promover o bem-estar social (Giambiagi e Além, 2016). O orçamento público evidencia escolhas de receitas e despesas, sendo ferramenta essencial para planejamento, execução e fiscalização governamental (Crepaldi & Crepaldi, 2013; Bittencourt, 2015; Boechat, 2018).

Para auxiliar na resolução do problema da escolha pública, entende-se no presente trabalho que o processo orçamentário deve priorizar as necessidades da sociedade para maximizar o bem-estar com recursos limitados. Conforme a Teoria Institucional, esse processo é regido por regras que equilibram forças entre agentes, influenciando o nível de transparéncia orçamentária adotado.

A qualidade do orçamento público é considerada por instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o International Budget Partnership (IBP) e o Public Expenditure and Financial Accountability (PEFA) que, com metodologias próprias, analisam as instituições orçamentárias nacionais, regras fiscais, gastos de médio prazo, flexibilidade orçamentária, orçamento complementar, transparéncia orçamentária e participação pública (OCDE, 2020; FMI, 2018; IBP, 2019; PEFA, 2020).

Contudo, não há consenso sobre a definição de qualidade orçamentária entre tais instituições, embora transparéncia e participação popular sejam pontos comuns. E, especificamente, para o IBP, ocorrem avaliações periódicas e com a produção de um *ranking* para um grupo grande de países (IBP, 2019).

O bem-estar de uma sociedade abrange questões amplas e é difícil de ser medido. Para Wolf e Oliveira (2016), o bem-estar social possui a capacidade de interferir nos processos geradores e distributivos da riqueza. Neste sentido, Louzano et al. (2019) verificaram que a gestão fiscal pode influenciar no desenvolvimento socioeconômico dos governos e, em consequência, no bem-estar da população.

Na revisão de estudos aplicados, observou-se estudos da relação entre transparéncia orçamentária e indicadores fiscais (resultado primário, dívida bruta), econômicos (PIB per capita, inflação) e de qualidade de vida (IDH). Assim, surge o questionamento: existe relação entre a transparéncia orçamentária e os indicadores de situação fiscal, econômica e de qualidade de vida? E, para responder à questão proposta,

aponta-se como objetivo geral analisar se existe relação entre a transparéncia orçamentária e os indicadores de situação fiscal, econômica e de qualidade de vida.

Com dados de 99 países (2012-2019), analisou-se a pontuação do Índice de Orçamento Aberto (IOA) e indicadores de situação fiscal, econômica e qualidade de vida, obtidos de bases de dados do FMI e da Organização das Nações Unidas (ONU).

O presente estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a discussão sobre a relação entre transparéncia orçamentária e bem-estar social. Conforme verificado em estudos anteriores, espera-se que quanto maior for a transparéncia orçamentária haja maior possibilidade de que a sociedade entenda e participe do processo de escolha das prioridades de despesa pública, por exemplo, no orçamento. Tal fato poderia auxiliar no processo de escolha pública, levando à priorização do que é mais relevante para a sociedade e à maior eficiência no uso dos recursos.

A relação entre transparéncia orçamentária e o bem-estar social podem ser igualmente apreciados à luz da teoria institucional. Nesse contexto, a transparéncia do orçamento e o bem-estar social estão intrinsecamente ligados às instituições que regulam a divulgação e o acesso às informações financeiras do governo, ainda que o processo orçamentário seja semelhante. A adoção de uma transparéncia orçamentária mais ampla ou mais restrita é uma manifestação das instituições da sociedade, das regras formais e informais e do equilíbrio dos poderes presentes em determinada estrutura política e econômica.

A transparéncia orçamentária permite que a sociedade e outras partes interessadas verifiquem a efetiva aplicação dos recursos públicos e, consequentemente, os resultados esperados desta aplicação (FMI, 2019b).

A presente pesquisa contribui também atualizando trabalhos já publicados, utilizando dados mais recentes. Além disso, se diferencia de trabalhos publicados anteriormente por fazer uma análise da relação da transparéncia orçamentária com um conjunto mais amplo de variáveis.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Teoria da Escolha Pública (TEP)

A TEP estuda processos de decisão utilizando-se de conceitos que determinam o *homo economicus*, como comportamento racional e auto interesse (Arvate, 2004). A escolha pública está ligada à tomada de decisões que afetam a coletividade no que se refere aos bens públicos, porém, mesmo envolvendo grupos, as decisões acabam sendo tomadas com base em decisões individuais.

A questão do interesse público e individual é abordada por Buchanan e Tullock (1999). Os autores argumentam que o indivíduo tomador de decisão tenderá a escolher o melhor para si, mesmo que esteja decidindo em nome da coletividade. Neste sentido, infere-se que mesmo que o indivíduo faça análises das opções disponíveis e acredite estar decidindo o melhor para grupo, suas decisões serão com base em suas crenças e julgamentos a respeito da situação, visando sempre as que melhor lhe favoreçam.

Alguns dos problemas decorrentes da escolha pública que afetam o processo orçamentário envolvem a realização de projetos, alocação e destinação de recursos orçamentários. Stiglitz (2000) aponta como problemas centrais da escolha pública a revelação de preferência de cada indivíduo e a preferência de associação. Neste sentido, o autor aponta que é observado o nível desejado de bens públicos de cada indivíduo e verifica-se que indivíduos distintos têm diferentes níveis de preferência dos gastos públicos.

A exemplo da aplicação prática da TEP pode-se analisar o processo eleitoral, onde, com base no eleitor mediano, os candidatos visam atingir um determinado público com suas promessas de campanha e, assim, angariar os votos necessários que elejam. Durante o mandato, o cumprimento das promessas de campanha ou realização de novas promessas deve visar o fornecimento do bem-comum à coletividade, pois, como apontam Buchanan e Tullock (1999), idealmente os participantes individuais na escolha coletiva agem de forma a promover o bem comum em vez de seus próprios interesses.

Quirino (2018) aponta como uma das premissas fundamentais da TEP o fato de se questionar a racionalidade do agente público e a existência de influenciadores no momento da decisão. E ainda que, independentemente do ambiente da tomada de decisão

(público ou privado), os indivíduos sempre estarão propensos aos seus próprios interesses.

## 2.2 Teoria Institucional

A Economia Institucional analisa como as instituições influenciam as relações econômicas (Black et al., 2009). Segundo North (1991), instituições são regras formais e informais criadas para garantir ordem e reduzir incertezas em interações políticas, econômicas e sociais. No orçamento público, Alesina et al. (1999) afirmam que instituições orçamentárias englobam regras que guiam a elaboração, aprovação e execução do orçamento.

A Antiga Economia Institucional (AEI) entende instituições como padrões de pensamento enraizados em indivíduos e comunidades. Nessa abordagem, as instituições perpassam formas de pensar e atividades que estão ligadas às práticas e hábitos de uma comunidade (Moll et al., 2006). A AEI questiona por que comportamentos, estruturas ou organizações surgem, se sustentam ou mudam ao longo do tempo. Essa abordagem rejeita o enfoque na otimização racional dos indivíduos e no equilíbrio de mercado, adotando uma abordagem holística e interdisciplinar (Moll et al., 2006).

A década de 1990 viu o surgimento da Nova Economia Institucional (NEI), que se concentra na análise institucional dentro do quadro neoclássico da economia. Aqui o ambiente institucional (normas e regulamentos) e os arranjos institucionais (estruturas administrativas e organizacionais) são enfatizados. A otimização racional é considerada, embora subteorias da NEI incluam conceitos de racionalidade limitada, informações incompletas e dificuldade de monitorar e fazer cumprir contratos (Moll et al., 2006).

Uma terceira abordagem, a Nova Sociologia Institucional (NSI), assume que estruturas e procedimentos organizacionais internos são moldados por influências externas, e não pelo impulso primário para o desempenho. Nesse contexto, normas, regras e mitos vigentes na sociedade influenciam a forma como as organizações estruturam seus processos. Ao fazer isso, as organizações conferem legitimidade a si mesmas (Moll et al., 2006).

Um conceito interessante que emerge da NSI é o de desacoplamento, ou seja, as instituições e seu funcionamento interno nem sempre correspondem às expectativas ou

imaginações externas (Moll et al., 2006). Esse desacoplamento reflete a diferença entre aparência e realidade das estruturas e processos organizacionais (Moll et al., 2006).

Essas três abordagens institucionais oferecem diferentes perspectivas para entender como instituições moldam o comportamento econômico e organizacional. A AEI concentra-se em padrões de pensamento arraigados, enquanto a NEI enfatiza regras e arranjos institucionais de uma perspectiva de otimização. A NSI, por outro lado, enfatiza a influência de fatores externos e a busca por legitimidade organizacional, e, nesse contexto, o desengajamento é visto como um fenômeno.

Ao tratar governança orçamentária pública, Damasceno e Gomes (2019) discutem sobre dois entendimentos. Na definição proposta pela OCDE (2015) verifica-se que é o processo de formulação do orçamento anual, supervisão da execução e busca pelo alinhamento com os objetivos públicos, com a finalidade de se atingir a disciplina fiscal e maior qualidade do gasto público. Por outro lado, Damasceno e Gomes (2019), seguindo Couto e Cardoso Jr. (2018), destacam que compreende as instituições e regras resultantes do equilíbrio de forças entre atores com objetivos divergentes.

O equilíbrio institucional ocorre quando nenhum ator se beneficia de mudar os acordos existentes (North 1990). No processo orçamentário, marcado por relações de poder entre os atores participantes, o equilíbrio reflete as relações de poder e muda apenas quando essas relações são alteradas (Couto & Cardoso Jr., 2018).

## 2.3 Orçamento Público

Padoveze e Francischetti (2018) afirmam que o orçamento envolve processar dados atuais e previsões futuras considerando alterações no período. Assim, é uma repetição de informações existentes com projeções previstas.

Autores como Crepaldi e Crepaldi (2013) e Bittencourt (2015) destacam que o orçamento público é um instrumento de planejamento governamental. Para Matias-Pereira (2017), esse planejamento é contínuo, promovendo negociação entre governo e sociedade, fortalecendo a cidadania e a democracia. O autor aponta o orçamento público como uma técnica que permite a reavaliação periódica dos objetivos do governo, além de permitir a comparação das funções e programas entre si e seus custos, facilitando a avaliação do governo e de seu custo em relação ao setor privado, pois o considera como

fonte primordial de informação e de controle democrático do Estado, ressalta ainda que não há planejamento que possa substituir o controle democrático.

Arvate (2004) considera o orçamento essencial para o poder público, pois define prioridades e aloca recursos. Boechat (2018) reforça seu papel como ferramenta de controle executivo e promoção do desenvolvimento econômico.

## 2.4 Avaliação do Orçamento Público

A discussão sobre qualidade do orçamento público exige a definição do que seria um orçamento público de qualidade. Um orçamento público de qualidade deve atender às prioridades sociais e otimizar recursos para o maior bem-estar possível. Isso exige identificar necessidades sociais e equilibrar ações e despesas.

Para embasar a pesquisa sobre esse tema, critérios elaborados por instituições que fazem avaliação orçamentária dos países (OCDE, FMI, IBP e PEFA) podem ser utilizados. Para analisar a metodologia de avaliação de cada instituição, é necessário discutir a definição de transparéncia orçamentária e transparéncia fiscal uma vez que essas expressões são usadas recorrentemente.

Para o FMI (2019a) a transparéncia fiscal tem como características a abrangência, clareza, confiabilidade, oportunidade e relevância dos relatórios públicos que envolvem eventos passados, demonstrem o presente e permitam projeções futuras das finanças públicas. E que também forneça informações aos cidadãos, mercados e outras partes interessadas para que fiscalizem o desempenho fiscal e uso dos recursos públicos pelo governo (FMI, 2019c). O FMI (2018) apresenta ainda que a transparéncia fiscal auxilia no fortalecimento da credibilidade da política fiscal do país, fortalecendo a confiança do mercado.

Considerando a transparéncia orçamentária, a OCDE (2002) a define como sendo a divulgação completa de todas as informações fiscais relevantes de maneira oportuna e sistemática. Para Premchand (1993), a transparéncia orçamentária refere-se à disponibilidade ao público da informação sobre as transações governamentais e sobre o processo de tomada de decisão. Dessa forma, a transparéncia é vista como a divulgação de informações que podem auxiliar na tomada de decisão da sociedade em relação aos governos.

Cabe aqui falar sobre política fiscal que, de acordo com o FMI (2020), é o uso de gastos governamentais e de tributação para influenciar a economia que, usualmente, tem o objetivo de promover o crescimento sustentável e a redução da pobreza. Além dos gastos e das receitas, envolve o planejamento destes e o estudo das motivações e impactos das escolhas de política fiscal. O orçamento público é a tradução da política fiscal em escolhas de despesas e receitas para o exercício de um ano, refletindo as análises econômicas das motivações, impactos, planejamento e influenciadas também pelas relações políticas (Tourinho & Brum, 2020).

Nesse contexto, fica evidente que transparéncia fiscal abrange não só a transparéncia das despesas e receitas para um dado exercício orçamentário, mas todo o processo decisório envolvendo despesas e receitas. Da forma como a transparéncia orçamentária é avaliada pelo IBP, entende-se que o conceito de transparéncia orçamentária adotado por esta instituição é focado no documento orçamentário e no acesso a ele.

Dessa forma, a interligação entre os conceitos de transparéncia fiscal, transparéncia orçamentária e política fiscal é fundamental para compreender a qualidade do orçamento público, uma vez que a qualidade é influenciada tanto pela clareza das informações quanto pela eficácia das escolhas e ações direcionadas.

Por outro lado, observa-se na literatura a ocorrência dos termos transparéncia fiscal e transparéncia orçamentária como sinônimos, por exemplo, Alt e Lassem (2006). Sendo assim, o presente estudo considera as duas expressões para avaliação dos estudos analisados.

Comparando-se a metodologia de avaliação utilizada por cada instituição acima mencionada, verificou-se que todas elas avaliam critérios de transparéncia orçamentária.

Conforme FMI (2018), IBP (2019), OCDE (2020) e PEFA (2020), a transparéncia orçamentária é fundamental para o aumento da confiança entre governo e cidadãos, pois a divulgação de dados orçamentários permite analisar como os recursos públicos estão sendo gastos e investidos.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresentam-se os dados e métodos utilizados para atingir o objetivo proposto neste estudo.

Os dados abrangem 99 países nos anos de 2012, 2015, 2017 e 2019. Essa cobertura e o uso de dados recentes destacam a contribuição deste trabalho, pois não foram encontrados estudos com essa amplitude de países ou período. Além disso, utiliza variáveis já empregadas em outras pesquisas, mas ainda não analisadas em conjunto.

#### 3.1 Dados

Com base na TEP, que discute os desafios da escolha coletiva e o papel do Estado no bem-estar social, adotou-se como conjunto de indicadores do bem-estar social a situação fiscal, econômica e o IDH. A teoria institucional destaca a relevância de estruturas organizacionais, processos administrativos e normas na formulação de políticas públicas e definição de indicadores para avaliar o bem-estar.

A situação fiscal e econômica de um país pode ser resumida por indicadores agregados como resultado primário, dívida bruta, PIB *per capita* e inflação.

A situação fiscal de um país pode ser avaliada por indicadores de resultado fiscal e endividamento. Relações superavitárias entre receitas e despesas e dívidas públicas menores ampliam o espaço fiscal. Representa a capacidade de o país executar as suas políticas fiscais no presente e no futuro (Barros Filho et al., 2020).

Samuelson e Nordhaus (2009) propõem indicadores econômicos para avaliar a direção das economias nacionais. Este estudo usará PIB *per capita* e inflação, alinhados aos estudos analisados e à relação com a transparéncia orçamentária.

Pereira et al. (2012), argumentam que qualidade de vida é um conceito complexo, e, não se encontra uma definição universalmente reconhecida. A subjetividade decorre do fato de que a percepção da qualidade de vida varia entre os indivíduos, levando em consideração fatores como cultura, valores, objetivos e preocupações. Um indicador utilizado para medir a qualidade de vida dos países é o IDH, que leva em conta renda, saúde e educação

Contudo, o IDH não abrange todos os aspectos da qualidade de vida (Bueno, 2007). Bueno (2007) ressalta que os erros de análise resultam do uso de dados poucos

seguros, extrema dependência do IDH em relação ao PIB (ignorando outros fatores) e a presunção de que o IDH significa desenvolvimento humano. Como aspecto positivo, o autor cita o significado que o IDH tem para a formulação de programas, para se refletir acerca das reais condições sociais vividas por uma sociedade e a relação de uma sociedade com outra.

Por outro lado, o estudo de Al-Hilani (2012) considera o IDH um indicador conhecido e confiável, apesar das críticas, por fornecer análises concretas sobre desenvolvimento humano, com foco em educação, saúde e renda.

A Tabela 1 apresenta as variáveis estudadas e identifica as fontes dos dados.

**Tabela 1 - Variáveis utilizadas e Estudos Aplicados Analisados**

Variável	Descrição	Fonte	Estudos Aplicados Analisados
IOA	Índice de Orçamento Aberto – transparéncia orçamentária	IBP (2021)	Violeta (2015), Fomina e Vynnychenko (2017)
Resultado primário	Porcentagem do resultado considerando o PIB (Moeda Nacional).	FMI (2021)	Alesina <i>et al.</i> (1999), Filc e Scartascini (2004) e Dabla-Norris <i>et al.</i> (2010)
Dívida bruta	Porcentagem da dívida considerando o PIB (Moeda Nacional).	FMI (2021)	Alt <i>et al.</i> (2006) e Benito <i>et al.</i> (2016)
PIB <i>per capita</i>	Paridade do poder de compra com base no dólar internacional de 2017.	FMI (2021)	Alesina <i>et al.</i> (1999), Filc e Scartascini (2004), Dabla-Norris <i>et al.</i> (2010), Alt <i>et al.</i> (2006), Benito <i>et al.</i> (2016), McNab e Wilson (2018), Cimpoeru e Cimpoeru (2015) e Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)
Inflação	Porcentagens anuais de preços médios ao consumidor, com variações percentuais.	FMI (2021)	Benito <i>et al.</i> (2016), Montes e Lima (2018) e Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	ONU (2021)	Fomina e Vynnychenko (2017), Violeta (2015) e Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se na Tabela 1 que, entre os estudos analisados, há maior concentração envolvendo a análise da transparéncia orçamentária em relação ao PIB *per capita*.

A pesquisa utiliza dados de 99 países disponíveis no Ranking IOA (transparéncia orçamentária). Os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019 foram escolhidos devido à disponibilidade de dados. Dados anteriores a 2012 foram excluídos pela baixa quantidade de países avaliados. Nos últimos anos analisados, alguns dados do FMI (resultado primário, dívida pública, PIB e inflação) são estimativas, não valores efetivos.

### 3.2 Método

Com o objetivo de verificar se há relação entre transparéncia orçamentária e a situação fiscal, econômica e de qualidade de vida realizou-se o cálculo de correlação linear e análise de regressão, que consistiu em uma regressão de dados em painel e que, de acordo com Gujarati e Porter (2011), são dados combinados em que as várias unidades são estudadas ao longo do tempo.

A hipótese geral para o estudo é de que quanto maior for a transparéncia orçamentária, melhores serão as condições fiscais, econômicas e de qualidade de vida da população, porém, foram elaboradas hipóteses referente à cada variável analisada. Assim, os testes econométricos realizados terão como objetivo testar as seguintes hipóteses:

$H_1$ : Existe uma relação positiva entre transparéncia orçamentária e resultado primário.

$H_2$ : Existe uma relação negativa entre transparéncia orçamentária e dívida bruta.

$H_3$ : Existe uma relação positiva entre transparéncia orçamentária e PIB *per capita*.

$H_4$ : Existe uma relação negativa entre transparéncia orçamentária e inflação.

$H_5$ : Existe uma relação positiva entre transparéncia orçamentária e IDH.

A fim de verificar e testar as hipóteses anteriormente relatadas, foram realizados testes econométricos através do *software Gretl*, considerando a Equação 1 de regressão:

$$IOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 Resultado_{it} + \beta_2 Dívida_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 inflação_{it} + \beta_5 IDH_{it} + \mu_i \quad (1)$$

Em que:

IOA: Pontuação de transparéncia orçamentária atribuída ao país  $i$  no período  $t$ ;

Resultado: resultado primário do país  $i$  no período  $t$ ;

Dívida: dívida bruta do país  $i$  no período  $t$ ;

PIB: PIB *per capita* do país  $i$  no período  $t$ ;

Inflação: inflação do país  $i$  no período  $t$ ;

IDH: índice de desenvolvimento humano do país  $i$  no período  $t$ ;

$i$ : valor atribuído a cada país (1 a 99);

$t$ : período de tempo que abrange os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019;

$\mu$ : (Termo de erro) variável aleatória e representa as variáveis não consideradas para o modelo.

Em um primeiro momento, utilizou-se o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), pois para Gujarati e Porter (2011) os estimadores de MQO são não-viesados, possuem variância mínima, são consistentes e apresentam distribuição normal. Ao aplicar os testes estatísticos utilizando-se o MQO verificou-se a presença de heterocedasticidade, a não adequação da especificação da equação, a presença de autocorrelação, a distribuição não normal dos erros e a multicolinearidade entre variáveis.

A fim de solucionar tais problemas, optou-se por utilizar o método dos Mínimos Quadrados Ponderados (MQP), pois, segundo Gujarati e Porter (2011), o problema da heterocedasticidade pode ser resolvido ao aplicar o MQP. A utilização de MQP solucionou, também, o problema de autocorrelação, uma vez que este pode ser resolvido através do método dos Mínimos Quadrados Generalizados (MQG) e o MQP é equivalente ao MQG (Gujarati & Porter, 2011).

O teste de multicolinearidade e de fator de inflação de variância (FIV), demonstrou multicolinearidade para as variáveis PIB e IDH e, por isso, a variável PIB foi excluída da análise de regressão, uma vez que esta é considerada no cálculo do IDH.

Assim a nova equação de regressão é apresentada na Equação 2:

$$IOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 Resultado_{it} + \beta_2 Dívida_{it} + \beta_3 inflação_{it} + \beta_4 IDH_{it} + \mu_i \quad (2)$$

### 3.3 Limitações da Pesquisa

Uma das limitações se deve ao fato de que nem todos os países possuem avaliação junto ao IBP quanto à transparéncia orçamentária. Outro aspecto é que para alguns países, os dados da base do FMI para alguns países abrangem apenas determinados períodos restritos. Além disso, também para a base de dados do FMI, para alguns países, nos últimos anos da série, os dados são estimativas.

#### 4. RESULTADOS

Com os coeficientes de correlação linear apresentados na Tabela 2, busca-se identificar a relação, positiva ou negativa, entre transparéncia orçamentária e indicadores fiscais, econômicos e de qualidade de vida.

**Tabela 2 - Correlação Linear**

Transparéncia orçamentária	Resultado primário	Dívida bruta	PIB <i>per capita</i>	Inflação	IDH
	0,16	0,12	0,32	-0,10	0,50

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 2 mostra que as variáveis PIB e IDH têm correlação linear mais forte. Por outro lado, inflação, resultado primário e dívida bruta apresentam baixa correlação. Isso indica que a relação entre transparéncia, PIB per capita e IDH é mais relevante. Além disso, a correlação positiva entre transparéncia orçamentária e dívida bruta contradiz a hipótese proposta.

#### 4.2 Regressão Econométrica

A Tabela 3 apresenta os resultados da regressão, baseada em 393 observações., uma vez que faltam dados sobre inflação em 2015 (Argentina) e resultado primário em 2012 (Tailândia) e 2015 (Eslovênia), que incluem 99 países, com série temporal de 8 anos, observados apenas em 2012, 2015, 2017 e 2019.

**Tabela 3 - Resultados da Análise de Regressão**

	Coeficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor	Significância
Const.	-12,18	2,77	-4,399	<0,0001	***(1%)
Resultado	0,19	0,13	1,447	0,1486	
Dívida	0,029	0,017	1,688	0,0921	*(10%)
Inflação	-0,0026	0,0014	-1,829	0,0682	*(10%)
IDH	81,61	3,69	22,06	<0,0001	***(1%)
R-quadrado	0,59		R-quadrado ajustado	0,585	
F (5, 336)	139,10		P-valor(F)	1,30e-73	

Fonte: Adaptado conforme resultados obtidos no *Gretl*.

Os resultados mostram uma relação estatisticamente significativa entre transparéncia orçamentária e as variáveis Dívida, inflação (a 10%) e IDH (a 1%), com p-

valor abaixo de 0,10. As variáveis Dívida e IDH têm relação positiva com o IOA, enquanto a inflação apresenta relação negativa. A relação entre transparéncia orçamentária e IDH é mais sensível do que com Dívida e inflação, sugerindo que países com maior IDH têm maior transparéncia orçamentária.

De acordo com a Tabela 3, um aumento de 1 ponto percentual na Dívida (em relação ao PIB) eleva o IOA em 0,029, enquanto um aumento de 1 ponto no IDH eleva o IOA em cerca de 0,82. O  $R^2$  ajustado indica que as variáveis explicam cerca de 58,5% da variação no IOA, e a estatística F mostra que o modelo é estatisticamente significativo, com p-valor abaixo de 0,01.

Os testes de covariância entre os coeficientes da regressão indicam a inexistência de covariância entre as variáveis analisadas. Já os testes de normalidade mostram que os resíduos não seguem distribuição normal.

Na Tabela 4, apresenta-se um resumo dos resultados das análises realizadas.

**Tabela 4 - Resultados da Relação entre Variáveis**

Variáveis	Correlação Linear	Regressão Econométrica
Resultado – IOA	Relação Positiva	(Não significante)
Dívida – IOA	Relação Positiva	Relação Positiva (10%)
PIB – IOA	Relação Positiva	--
Inflação – IOA	Relação Negativa	Relação Negativa (10%)
IDH – IOA	Relação Positiva	Relação Positiva (1%)

Fonte: Elaboração própria

Os resultados das Tabelas 2 e 3, resumidos na Tabela 4, mostram uma correlação positiva entre o resultado primário, dívida bruta, PIB per capita, IDH e transparéncia orçamentária, e negativa entre inflação e transparéncia orçamentária.

Na regressão, as hipóteses 4 e 5 não foram rejeitadas, pois inflação e IDH apresentaram relações significativas, com coeficientes esperados. A dívida bruta foi estatisticamente significativa, mas contradisse a hipótese H2.

Ao comparar os resultados da regressão (Tabela 3) com os estudos revisados, percebe-se que os achados são consistentes, validando as hipóteses e confirmando os resultados das pesquisas analisadas.

A pesquisa mostrou uma relação positiva entre transparéncia orçamentária e resultado primário (Tabela 4). A literatura empírica, como Alesina et al. (1999) e Filc e Scartascini (2004), também aponta que os resultados fiscais são influenciados pelos

procedimentos e instituições orçamentárias. Filc e Scartascini (2004) acrescentam que países com processos orçamentários restritos por regras fiscais tendem a ter déficits primários menores. Dabla-Norris et al. (2010) observaram que instituições orçamentárias mais significativas estão ligadas a ações que favorecem a sustentabilidade, abrangência e transparéncia orçamentária.

Este estudo mostrou uma relação positiva entre transparéncia orçamentária e dívida bruta (Tabela 4), contrária à hipótese inicial. No entanto, encontrou-se uma relação positiva e estatisticamente significativa entre ambas.

Alt et al. (2006) sugerem a existência de relação entre transparéncia orçamentária e dívida pública. Como observado pelos autores, a transparéncia fiscal melhora o desempenho fiscal, com superávits ou déficits impactando a transparéncia. Em um cenário deficitário, o financiamento é feito por meio da elevação da dívida.

Benito et al. (2016) sugerem que a transparéncia orçamentária reduz a taxa de juros nos mercados financeiros, diminuindo o custo da dívida e o nível da mesma. Fomina e Vynnychenko (2017) também constataram que a transparéncia orçamentária contribui para a redução da dívida pública.

Os resultados desta pesquisa contrariam a hipótese estabelecida e os achados dos autores mencionados. No entanto, a literatura sugere que uma variável pode influenciar a outra de forma inversa, ou seja, quando uma aumenta, a outra diminui. Dessa forma, pode-se inferir que maior transparéncia orçamentária impacta positivamente na gestão fiscal e reduz a dívida bruta, pois as taxas se afetam inversamente. Além disso, observa-se que não foi investigado se países com maior transparéncia fiscal poderiam ter maior capacidade de endividamento devido à gestão fiscal transparente.

Para a variável PIB per capita (Tabela 4), os coeficientes de correlação indicam uma relação positiva com a transparéncia orçamentária. Estudos empíricos, como os de McNab e Wilson (2018) e Cimpoeru e Cimpoeru (2015), mostraram uma forte relação causal entre a transparéncia orçamentária e o PIB, com o PIB influenciando a transparéncia e vice-versa. O estudo de Oliveira, Silva e Moraes (2008) também corrobora esses achados, pois identificaram correlação entre o IOA e o PIB, sugerindo que um maior PIB está relacionado a um maior IOA.

Nesta pesquisa, observou-se uma relação negativa entre transparéncia orçamentária e inflação (Tabela 4), resultado semelhante ao encontrado por Benito et al.

(2016) e Montes e Lima (2018), que indicam que a transparéncia orçamentária afeta negativamente a taxa de juros. Montes e Lima (2018) também destacam que maior transparéncia fiscal gera expectativas de inflação mais baixa e menor volatilidade.

Quanto ao IDH, a pesquisa apontou uma relação positiva com a transparéncia orçamentária, consistente com estudos de Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021), que sugerem que maior transparéncia pode impulsionar o desenvolvimento humano, assim como Violeta (2015), Renzio et al. (2005), Fomina e Vynnychenko (2017) e Fukuda-Parr et al. (2011).

A TEP parte da ideia de que as decisões políticas seguem regras existentes, sendo tomadas por representantes eleitos com o objetivo de maximizar a chance de reeleição (Cruz, 2010). Ou seja, como afirmado por Arvate (2004), o político age com base no comportamento racional e no interesse próprio.

Segundo Cruz (2010), a TEP ajuda a sociedade a analisar o comportamento dos políticos em relação à divulgação das informações da gestão pública, pois essas informações podem afetar a viabilidade da reeleição. Assim, quanto mais transparentes e eficientes forem as escolhas políticas, melhor será o desempenho fiscal, econômico e a qualidade de vida da população, já que as decisões visam à reeleição.

Neste sentido, a Teoria Institucional sugere que o orçamento público é definido por leis e regras estabelecidas pelo governo, que determinam os padrões a serem seguidos em sua elaboração. O uso do orçamento pelos governos se adapta às suas peculiaridades. Portanto, a maior transparéncia orçamentária de um país reflete uma escolha pública, influenciada pelos interesses envolvidos e pelas normas formais e informais da sociedade.

Segundo a ideia dos autores Moll et al. (2006) o orçamento público se insere na nova economia institucional, considerando regras, regulamentos, governança e estruturas das organizações governamentais. Embora busque a otimização dos recursos, fatores como racionalidade limitada, informações incompletas e dificuldades no monitoramento de acordos podem impactar sua eficácia (Moll et al., 2006).

Os coeficientes de correlação linear e a regressão econométrica mostram que países com maior transparéncia orçamentária apresentam melhores índices de resultado primário, PIB e IDH. Também foi observada uma relação inversa entre transparéncia e inflação, sugerindo que maior transparéncia orçamentária está associada a uma melhor situação fiscal, maior riqueza e qualidade de vida.

Assim, os achados corroboram os pressupostos da TEP e da Teoria Institucional, indicando que a transparéncia orçamentária influencia decisões políticas, reeleição e a forma como as instituições governamentais moldam a gestão das finanças públicas. Os resultados ampliam a compreensão sobre a importância da abertura na implementação de políticas públicas e no desenvolvimento socioeconômico.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a existência de relação entre transparéncia orçamentária e indicadores de situação fiscal, econômica e de qualidade de vida.

Os resultados da análise de correlação linear indicam relação positiva entre o indicador de transparéncia e as variáveis resultado primário, dívida bruta, PIB e IDH. Já em relação à inflação foi encontrada correlação inversa.

A análise de regressão indicou relação estatisticamente significante e positiva entre a transparéncia orçamentária e as variáveis IDH e dívida bruta. A relação com a inflação foi estatisticamente significante e negativa. Destaque para a variável IDH que mostrou uma relação forte com a transparéncia orçamentária. Isto é, aqueles países com um IDH elevado também possuem em média um indicador de transparéncia orçamentária elevado.

A relação positiva da transparéncia orçamentária e a dívida pública bruta destaca a complexidade dessas relações e a necessidade de uma análise mais abrangente e contextual. A relação positiva entre estas duas variáveis podem indicar que aqueles países com mais transparéncia orçamentária têm condição de praticar níveis maiores de endividamento, possuindo uma maior confiança do mercado.

Observou-se que os resultados encontrados nesta pesquisa encontram respaldo e complementam os achados de estudos anteriores. A consistência dos resultados da presente pesquisa com estudos anteriores reforça a validade das conclusões obtidas. A interligação positiva entre transparéncia fiscal e indicadores de desenvolvimento humano, assim como a relação do desempenho fiscal e na taxa de juros nos mercados financeiros, é respaldada pela literatura revisada.

Os resultados também apoiam a relevância das teorias discutidas no estudo, como a TEP e a Teoria Institucional. A primeira sugere que um orçamento transparente é

também uma escolha pública e sujeita a ponderações de interesses. A segunda examina como as instituições e os regulamentos influenciam o comportamento do governo e a transparéncia orçamentária, em que a escolha do processo orçamentário é moldada pelas regras institucionais da sociedade.

Em relação à TEP, entende-se desde que as escolhas públicas sejam tomadas com base na maximização da aplicação dos recursos públicos e tenham maior transparéncia pública, melhores tendem a ser os resultados fiscais, econômicos e de qualidade de vida da população, uma vez que as decisões tomadas serão embasadas pela probabilidade de sua reeleição. E estas escolhas públicas são moldadas pelas regras e costumes de cada país (Teoria Institucional)

Em suma, contribui para a compreensão da importância da transparéncia orçamentária no contexto das finanças públicas e do desenvolvimento socioeconômico. Os resultados sugerem que governos que adotam práticas transparentes podem obter ganhos tangíveis em termos de crescimento econômico e qualidade de vida de seus cidadãos. Uma vez que os resultados encontrados pela análise dos documentos e dados necessários permitem inferir que há relação entre transparéncia orçamentária e situação fiscal, econômica e de qualidade de vida nos países.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar o período analisado e, possivelmente, incluir novas variáveis e indicadores que possam ser relacionadas com transparéncia orçamentária como a participação pública e outros indicadores de qualidade orçamentária das outras instituições citadas.

## REFERÊNCIAS

- Alesina, A., Hausmann, R., Hommes, R., & Stein, E. (1999). Budget institutions and fiscal performance in Latin America. *Journal of development Economics*, 59(2), 253-273.
- Al-Hilani, H. (2012). HDI as a measure of human development: A better index than the income approach. *Journal of Business and Management*, 2(5), 24-28.
- Alt, J. E., Lassen, D. D., & Rose, S. (2006). The causes of fiscal transparency: evidence from the US states. *IMF Staff papers*, 53(1), 30-57.
- Arvate, P. (2004). *Economia do setor público no Brasil*. Elsevier Brasil.

Barros Filho, L. C. D., Côrtes, C. A., & Nogueira, J. (2020). Espaço Fiscal e Capacidade de Pagamento: Novo Olhar sobre a Realidade Fiscal dos Estados Brasileiros. *Revista Razão Contábil & Finanças*, 11(1).

Benito, B., Guillamón, M. D., & Bastida, F. (2016). The impact of transparency on the cost of sovereign debt in times of economic crisis. *Financial Accountability & Management*, 32(3), 309-334.

Bittencourt, F. (2015). Instituições e teoria orçamentária: pontos para discussão econômica e gerencial. *Brasília, Senado Federal. Consultoria de Orçamentos*.

Black, J., Hashimzade, N. & Myles, G. (2009). A Dictionary of Economics. 3 ed. Oxford University Press.

Boechat, S. R. (2018). *Orçamento por resultados e direito financeiro*. Editora Edgard Blücher.

Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1999). The calculus of consent: Logical foundations of constitutional democracy. Liberty Fund. Recuperado em 22 de julho de 2021, de <https://www.econlib.org/library/Buchanan/buchCv3.html>

Bueno, E. de P. (2007). O índice de desenvolvimento humano (idh): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. *Boletim Goiano de Geografia*, 27(3), 49-69

Cimpoeru, M. V., & Cimpoeru, V. (2015). Budgetary transparency—an improving factor for corruption control and economic performance. *Procedia Economics and Finance*, 27, 579-586.

Couto, L. & Cardoso Jr., J. (2018). Governança orçamentária: transformações e lacunas nas práticas de planejamento e orçamento no Brasil. In: CAVALCANTE, P.; PIRES, R. Boletim de Análise Político-Institucional. n. 19. Brasília: Ipea.

Crepaldi, S. A.; Crepaldi, G. S. (2013). *Orçamento público: planejamento, elaboração e controle*. Saraiva.

Cruz, C. F. (2010). *Transparéncia da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros*. 2010. 140 f (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).

Cuadrado-Ballesteros, B., & Bisogno, M. (2021). The relevance of budget transparency for development. *International Review of Administrative Sciences*. 1-18, 2021. DOI: 10.1177/00208523211027525

Dabla-Norris, E., Allen, R., Zanna, L. F., Prakash, T., Kvintradze, E., Lledo, V., Yackovlev, I., & Gollwitzer, S. (2010). *Budget Institutions and Fiscal Performance in Low-Income Countries*. IMF Working Paper 10/80.

Damasceno, G. & Gomes, R. (2019). Contribuições das teorias institucionais e do poder nas organizações para a governança orçamentária pública: um ensaio. VI Encontro Brasileiro de Administração Pública, Salvador (BA), 2019.

De Renzio, P., Gomez, P., & Sheppard, J. (2005). Budget transparency and development in resource-dependent countries. *International Social Science Journal*, 57, 57-69.

Filc, G., & Scartascini, C. (2004). Budget institutions and fiscal outcomes: ten years of inquiry on fiscal matters at the Research Department. In *presentation at the Research Department 10th Year Anniversary Conference. Office of Evaluation and Oversight. Inter-American Development Bank*.L

Fundo Monetário Internacional. (2019a). Fiscal Policies: Fiscal Transparency. Recuperado em 04 de julho de 2021, de <https://www.imf.org/en/Topics/fiscal-policies/fiscal-transparency#Fiscal%20Transparency%20Evaluation>

Fundo Monetário Internacional. (2020). *Fiscal Policy: Taking and Giving Away*. Recuperado em 01 de fevereiro de 2022, de <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/basics/fiscpol.htm#:~:text=Fiscal%20policy%20is%20the%20use,sustainable%20growth%20and%20reduce%20poverty>

Fundo Monetário Internacional. (2018). *Fiscal Transparency Handbook*. Recuperado em 05 de maio de 2020, de <https://www.elibrary.imf.org/view/FMI069/24788-9781484331859/24788-9781484331859.xml?code=fth&language=es>

Fundo Monetário Internacional. (2019b). Fiscal Transparency Initiative: Integration of Natural Resource Management Issues. Recuperado em 05 de maio de 2020, de <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2019/01/29/122818fiscal-transparency-initiative-integration-of-natural-resource-management-issues>

Fundo Monetário Internacional. (2019c). Fiscal Transparency. Recuperado em 05 de maio de 2020, de <https://www.imf.org/external/np/fad/trans/>

Fundo Monetário Internacional. (s.d.). *World Economic Outlook Database, April 2021*. Recuperado em 12 de julho de 2021, de <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>

Fomina, J., & Vynnychenko, N. V. (2017). Fiscal transparency: cross-country comparisons. *Business Ethics and Leadership*, 1(2).

Fukuda-Parr, S., Guyer, P., & Lawson-Remer, T. (2011). Does Budget Transparency Lead to Stronger Human Development Outcomes and Commitments to Economic and Social Rights? *International Budget Partnerships Working Paper No. 4*. Recuperado em 22 de julho de 2021, de <https://ssrn.com/abstract=2211584>

Giambiagi, F., & Além, A. C. (2016). *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. Campus Editora.

Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011) *Econometria Básica*. Tradução Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G.L. Rosa; Revisão Técnica Claudio D. Shikida, Ari Francisco de Araújo Júnior, Márcio Antônio Salvato. AMGH.

International Budget Partnership. *Open Budget Survey – Data Explorer*. Recuperado em 16 de julho de 2021, de <http://survey.internationalbudget.org/#download>

International Budget Partnership. (2019) *Open Budget Survey 2019*. Recuperado em 04 de julho de 2021, de [https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019\\_Report\\_EN.pdf](https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019_Report_EN.pdf)

Louzano, J. P. D. O., Abrantes, L. A., Ferreira, M. A. M., & Zuccolotto, R. (2019). Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53, 610-627.

Matias-Pereira, J. (2017) *Finanças Públicas*. GEN-Atlas.

McNab, R. M., & Wilson, S. D. (2018). Culture matters: what cultural values influence budget transparency? *Applied Economics*, 50(43), 4593-4605.

Moll, J., Burns, J., Major, M., & Hoque, Z. (2006). Institutional theory. In *Methodological issues in accounting research: Theories and methods*. Spiramus Press.

Montes, G. C., & Lima, L. L. C. (2018). Effects of fiscal transparency on inflation and inflation expectations: Empirical evidence from developed and developing countries. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 70, 26-37.

North, D. (1990). Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press.

North, D. (1991). Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2015). *Recommendation of the Council on Budgetary Governance*, de 18 de fevereiro de 2015. Recuperado em 28 de setembro de 2021, de <https://www.oecd.org/gov/budgeting/>.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2002). *OECD Best Practices for Budget Transparency*. Recuperado em 02 de agosto de 2023, de <https://www.oecd.org/governance/budgeting/Best%20Practices%20Budget%20Transparency%20-%20complete%20with%20cover%20page.pdf>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2020) *Panorama das Administrações Públicas: América Latina e Caribe 2020*, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9e6d37a1-pt>.

Oliveira, R. R., Silva, A. M. C. D., & Moraes, M. C. C. D. (2008). Transparéncia do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. *Pensar Contábil*, 10(42).

Organização das Nações Unidas. UNDP. United Nations Development Programme. Human Development Index (HDI). Recuperado em 16 de julho de 2021, de <http://hdr.undp.org/en/indicators/137506#>

Padoveze, C. L., & Francischetti, C. E. (2018) *Planejamento econômico e orçamento: contabilometria integrando estratégia e planejamento orçamentário*. Saraiva.

Pereira, É. F., Teixeira, C. S., & Santos, A. D. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Revista brasileira de educação física e esporte*, 26, 241-250. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092012000200007>

Public Expenditure and Financial Accountability. (2020). Global Report on Public Financial Management. Recuperado em 13 de julho de 2021, de <https://www.pefa.org/global-report-2020/report/global-pfm-performance>

Premchand, A. (1993). *Public expenditure management*. International Monetary Fund.

Quirino, C. C. (2018). Irracionalidade do agente público e teoria da escolha pública comportamental: notas sobre um elefante na sala. *Revista Quaestio Iuris*, 11(2), 965-986.

Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2009). *Economics*. 19th ed. McGraw Hill International Edition.

Stiglitz, J. E. (2000). *Economics of The Public Sector*. W. W. Norton & Company.

Tourinho, O. A. F., & Brum, A. F. D. O. (2020). Políticas Fiscais para Estabilização da Dívida Pública: uma abordagem de equilíbrio geral aplicada ao Brasil. *Estudos Econômicos*, 50, 5-42.

Violeta, M. (2015) Increasing Budget Transparency and Control of Corruption – Strategy to Increase Human Development. International *Journal of Business, Humanities and Technology*. 5(4), 44-54. Recuperado em 04 de dezembro de 2021, de [http://www.ijbhtnet.com/journals/Vol\\_5\\_No\\_4\\_August\\_2015/6.pdf](http://www.ijbhtnet.com/journals/Vol_5_No_4_August_2015/6.pdf)

Wolf, P. J. W., & Oliveira, G. C. D. (2016). Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. *Economia e Sociedade*, 25(3), 661-694.